

Ditadura e futebol: O Brasil e a Copa do Mundo de 1970

Livia Gonçalves Magalhães*

(UFF)

Resumo:

Este artigo é parte de minha pesquisa de doutorado que procura mostrar como o uso, em um momento específico, do futebol e da seleção, permitiu ao último governo civil-militar brasileiro a breve renovação do consenso social que inicialmente permitiu o próprio golpe. O objetivo é tanto discutir a relação entre a Copa de 70 e a ditadura brasileira como problematizar a dicotomia apoio/adesão social, ideia comum quando se trabalha o período. Para isso, considero que tal dicotomia não é suficiente para dar conta da complexidade das manifestações sociais, e trabalho com a ideia de Pierre Laborie de uma “zona cinzenta”, em que tais modalidades de ação se misturam todo o tempo. A partir das comemorações da vitória da Copa do Mundo de 1970 percebe-se a complexidade de tais relações, e a ambivalência que por muitos momentos marcou a sociedade do período.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar, Copa do Mundo, América Latina, Consenso

Resumen:

Este artículo es parte de mi investigación de doctorado que procura mostrar cómo el uso, en un momento específico, del fútbol y de la selección, permitió al último gobierno cívico-militar brasileño la breve renovación del consenso social que inicialmente condujo al propio golpe. El objetivo es discutir tanto la relación entre la Copa de 70 y la dictadura brasileña como problematizar la dicotomía apoyo/adhesión social, idea común cuando se trabaja el período. Considero que tal dicotomía no es suficiente para dar cuenta de la complejidad de las manifestaciones sociales y trabajo con la idea de Pierre Laborie de una “zona gris”, en la que tales modalidades de

* Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense, Brasil. Mestre em Estudos Latino-Americanos (UNSAM – Argentina), Bacharel e Licenciada em História (UFF). Obras recentes: (2011) “Instituições de Memória: O Caso Argentino do Memoria Abierta”. *Revista Contemporânea* 1; (2010) *Histórias do futebol*. São Paulo: Arquivo Público do Estado; (2009) “La democracia se pone las faldas: el avance femenino en las presidencias del cono-sur”. *Revista Latinoamericana de Desarrollo Humano PNUD - ONU*; (2009) “Trece jugadores en el campo: medios de comunicación, dictaduras militares y mundiales de fútbol en Brasil y Argentina en los 70”. *Revista de Estudios Latinoamericanos* 1.

DOSSIERS

La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

acción se mezclan todo el tiempo. A partir de la conmemoración de la victoria de la Copa del Mundo de 1970 se percibe la complejidad de tales relaciones y la ambivalencia que por muchos momentos marcó a la sociedad del período.

Palabras clave: Dictadura cívico-militar, Copa del Mundo, América Latina, Consenso

Abstract:

This article is part of my doctoral research which seeks to show how in a specific time the use of the football team allowed the last Brazilian civil-military government a brief renewal of the social consensus that originally led to the coup itself. The aim is to discuss both the relationship between the 1970 Cup and the Brazilian dictatorship, and to question the dichotomy as support/social commitment, a common vision of the period. I believe that this dichotomy is not sufficient to account for the complexity of social events, and I work with the idea of Pierre Laborie of a "gray area" in which such modes of action mixes all the time. From the celebration of the victory of the 1970 World Cup is possible to perceive the complexity of these relationships, and the ambivalence of this period.

Keywords: civil-military dictatorship, World Cup, Latin America , Consensus

Desde o final do século XIX, quando começou a ser praticado no país, o futebol é um importante ator da história brasileira, e reflete os diversos momentos pelo qual passou o Brasil. Ao longo dos anos ele ganhou espaço e consolidou-se como "esporte nacional", ao mesmo tempo em que a própria identidade brasileira era construída. E assim passou a ser um elemento fundamental desta identidade e da cultura do país.

Por isso, e por seu forte caráter mobilizador, o futebol não escapou de ser objeto de interesse de governos e políticos. Este não é um fenômeno exclusivo do Brasil, ao contrário, ele é bastante comum em diversas partes do mundo. E diferente do que é comum pensar, não são somente regimes autoritários que utilizam o esporte a seu favor, existem também casos de governos democraticamente eleitos que não perderam a oportunidade de se beneficiar com a imagem futebolística. O futebol de maneira geral, os clubes, a prática do esporte e os campeonatos nacionais foram alvo de interesse e até intervenção do Estado desde as primeiras práticas no país. Porém, com o tempo a seleção nacional tornou-se o principal "alvo" de interesses políticos, e foi instrumento para muitos governos, principalmente nos projetos de construção da identidade, tanto em ditaduras como em períodos democráticos.

Este artigo é parte de minha pesquisa de doutorado que procura mostrar como o uso, em um momento específico, do futebol e da seleção, permitiu ao último governo civil-militar a breve renovação do consenso social que inicialmente permitiu o próprio golpe.¹ Pretendo aqui discutir a relação entre a Copa de 70 e a ditadura brasileira com o objetivo de problematizar a ideia da dicotomia

¹ A pesquisa de doutorado foca também o caso da Argentina, considerando o evento de 1978, e o objetivo final é comparar ambos os casos para pensar as diversas formas que esses consensos ocorreram.

apoio/resistência. Neste sentido, trabalho com a proposta de Pierre Laborie, quem destaca que tal dicotomia não é suficiente para dar conta da complexidade das manifestações sociais, e trabalha com a idéia de uma “zona cinzenta”, em que tais modalidades de ação se misturam todo o tempo.² E é neste espaço de celebrações da vitória futebolística de 1970 que identifico e trabalho tais ambivalências e consensos.

Introdução: consenso e culturas políticas

Existem diversas definições e interpretações para o que se entende hoje como consenso. Trabalharei com a ideia de uma relação intrínseca entre governos e sociedade, muito mais complexa do que pode aparentar em uma primeira leitura: “el consenso es una condición determinada del sistema de creencias de una sociedad, existe cuando entre los miembros *de una unidad social* dada hay acuerdo, acerca de principios, valores, normas y también respecto de la deseabilidad de ciertos objetivos de la comunidad y de los medios aptos para lograrlos”.³

Considero-o também como uma procura de um acordo político operante, que envolve, no mínimo, duas partes. Portanto, a idéia que utilizo é de um consenso que, diferente ao que induz a palavra, não significa uma unanimidade entre os diversos atores sociais envolvidos. Ao contrário, ele é aqui entendido como uma ação ambivalente. Neste sentido, Pierre Laborie trabalha com a idéia de uma *zona cinzenta* e, a partir do caso francês da República de Vichy, ele afirma a importância de trabalhar com a idéia de ambivalências, que abre possibilidades de análise para os historiadores que vão além da simples opção de apoiar ou resistir.⁴

Desta forma, considero que a dicotomia apoio/resistência é insuficiente para dar conta da relação entre a sociedade e o regime autoritário, e utilizo o conceito de *zona cinzenta* para pensar questões que envolvem os atores do período: torcer ou não torcer? O futebol representa o governo ou representa a nação? Governo e nação se confundem? No contexto trabalhado a oposição ao governo estava bastante ativa, e a Copa do Mundo também permite perceber conflitos e posições distintas que apareceram em diversos setores sociais que se opunham ao regime. Para alguns, apoiar o evento era também apoiar o governo, que o utilizava a seu favor. Para outros, ao contrário, era uma possibilidade de denunciar o autoritarismo e a repressão.

² Laborie, P. (2003) *Les français des années troubles. De la guerre d'Espagne a la Liberation*. Paris: Seuil.

³ Riorda, M. (2006) “Hacia un modelo de comunicación gubernamental para el consenso”. In Elizalde, L., Pedamonte, D. F., Riorda, M. *La construcción del consenso*. Buenos Aires: La Crujía, pp.15-38, p. 19, negrito no original. É importante destacar também duas questões relacionadas ao tema. Em primeiro lugar, o consenso existe em qualquer forma de governo contemporâneo, tanto em democracias como em regimes autoritários. Em segundo lugar, cabe ressaltar que, diferente do que costuma reproduzir o senso comum, ele não é necessariamente uma ação negativa por parte dos governos. De fato, pode-se pensar na existência de dois tipos de consenso: o que diz respeito às próprias regras de funcionamento dos sistemas políticos (nesse caso, das democracias), e outro cujos objetos e instrumentos têm fins particulares. Riorda chama a atenção para o caso latino-americano, em que constantemente estes dois tipos de consenso se misturam. Minha pesquisa procura mostrar como, no período das Copas do Mundo citadas, no Brasil e na Argentina prevaleceu este segundo tipo de consenso, que respondia aos interesses dos próprios regimes (até porque, nestes casos, era impossível a lógica do consenso como manutenção do sistema político democrático).

⁴ Laborie, P., *op. cit.*, 2003.

Portanto, é importante considerar também nesta discussão as diferentes *culturas políticas* do Brasil naquela época, relacionadas diretamente com a questão do consenso existente na sociedade e ajudam a problematizar a questionar a idéia da dicotomia mencionada.⁵ Considera-se que algumas delas são dominantes em determinado instante, e que “suas concepções atendem diretamente às aspirações majoritárias da sociedade, porque elas parecem traduzir os anseios da maioria e porque elas oferecem respostas aparentemente pertinentes para os problemas do momento”.⁶ Destarte, tais culturas políticas dominantes tendem a se impor através do consenso que geram na sociedade. Neste trabalho, a proposta é ver como o futebol, mais especificamente a Copa do Mundo, foi um espaço para uma determinada cultura política se impor no período ditatorial.

Copa do Mundo e ditadura

Considero que as Copas do Mundo de Futebol não são apenas um evento esportivo internacional. Para muitos países, como Brasil e Argentina, este evento representa um momento de intensa manifestação de suas identidades, e também um espaço de tensões políticas. Desde sua primeira edição no Uruguai em 1930, as Copas do Mundo foram realizadas sob a gravitação do contexto político de seu momento.⁷ Portanto, a utilização deste evento por parte da ditadura brasileira não foi uma novidade.⁸

Para alguns países, as Copas do Mundo são o momento máximo de expressão do nacionalismo através deste esporte, pois é quando as nações são ratificadas em cada seleção. É neste contexto que alguns governos passam a considerar a equipe de futebol pela pátria que representa e “símbolos nacionais de diferentes ordens se fundem, bandeiras, hinos, cada elemento tornado peça em uma unívoca ideologia da superioridade nacional sobre o resto do mundo”.⁹

Durante a ditadura civil-militar brasileira ocorreram cinco Copas do Mundo -1966, 1970, 1974, 1978 e 1982-, mas foi na de 1970 que de fato ocorreu o uso acima citado. Mas é importante problematizar a temporalidade do regime, para compreender porque nesse caso a Copa do Mundo pode ser um espaço de diálogo entre governo e sociedade. O fato do evento ocorrer em outro país, no México, pode ser considerado um fator para a ausência de críticas internacionais ao uso político da seleção. Neste ponto, cabe a comparação com o caso argentino, já que a Copa de 1978 foi realizada no próprio país, o que foi a principal causa das críticas externas à Argentina, uma vez que a participação da seleção nacional não foi questionada (ou seja, criticava-se o local do evento, não quem participava).

⁵ De acordo com Serge Berstein, as culturas políticas significam, em determinados momentos: “vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos” (Berstein, S. (2009) “Culturas políticas e historiografia”. In Azevedo, C. et alii (org). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro : Editora FGV, pp 29-46, p. 32.

⁶ *Ibid.*, nota 6, p. 37.

⁷ Bufali, A., Boimvaser, J. e Cecchini, D. (1994) *El libro negro de los Mundiales de Fútbol*. Buenos Aires: Planeta.

⁸ Outros casos que podem ser citados: a Copa de 1934, que ocorreu na Itália sob o comando de Benito Mussolini, a Copa de 1950 no Brasil, momento em que se forjaram de diversas maneiras elementos de uma suposta nacionalidade brasileira, entre outros.

⁹ Gastaldo, E. e Guedes, S. (2006) “De pátrias e de chuteiras”. In Gastaldo, E. e Guedes, S. (org.) *Nações em Campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, p. 8.

DOSSIERS

La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

Logo, não houve no caso brasileiro na época da Copa o mesmo tipo de mobilização internacional (ações de movimentos, partidos e organizações políticas estrangeiras) em função das violações aos direitos humanos como no caso argentino, mesmo com algumas críticas de setores da oposição¹⁰. Isso também pode ser explicado pela própria temporalidade de ambas repressões: se na Argentina os primeiros anos do regime representam o auge da repressão, no caso brasileiro esse período corresponde aos anos entre 1970-1974, portanto seis anos após o golpe.¹¹ A diferença da reação internacional se deve tanto por características de cada regime como pelo contexto internacional dos eventos. Neste sentido, cabe destacar que foi só a partir do golpe chileno em 1973 e a consequente repressão instalada naquele país que a América Latina entra na pauta de Direitos Humanos das principais organizações e partidos políticos de esquerda internacionais.¹²

Em 1970, vivia-se no Brasil o período de maior popularidade do regime, sob a presidência de Emílio Garrastazu Médici, com o início do “Milagre Econômico”, e a vitória esportiva foi incorporada e associada a este momento positivo.¹³ Mas, como dito, foi também quando aumentou a repressão, os presos políticos e a tortura, e o evento foi, neste momento, uma maneira do regime desviar a atenção destes crimes. Os primeiros exilados recém começavam a deixar o país no final de 1968 e início de 1969, e foi no período Médici que este exílio ganhou força. Portanto, a Copa de 1970 ocorre no início deste processo, com a oposição que sai do país ainda se organizando. E neste primeiro momento, o principal destino era o Chile de Salvador Allende, e só a partir do golpe naquele país em 1973 que os brasileiros passam a focar a Europa como destino.¹⁴

Estas diferenças são importantes para problematizar minha pesquisa, e pensar as diferentes maneiras em que se buscou alcançar um determinado consenso nos períodos trabalhados em cada país. Para o caso brasileiro, que é o objetivo deste artigo, a comparação com o país vizinho é uma forma de perceber particularidades que muitas vezes passam despercebidas.

“Salve a seleção!”: a vitória de todo um povo

A nona Copa do Mundo da FIFA foi realizada no México em 1970. A seleção conseguiu a classificação em 1969, sob o comando do jornalista João Alves Jobin Saldanha, ex-técnico do Botafogo do Rio de Janeiro. Sua escolha como técnico até hoje não foi de todo esclarecida, já que Saldanha era crítico da seleção e comunista. A versão mais aceita é a de que o então presidente da Confederação Brasileira de Deportos (CBD), João Havelange, concordou com a opção para acalmar a imprensa, que tanto atacava a seleção, colocando

¹⁰ As denúncias no caso argentino eram originárias em sua maioria da Europa, onde as principais manifestações eram de grupos e partidos de esquerda. Os Estados Unidos, naquele momento governado pelo democrata Jimmy Carter, também denunciaram de maneira ativa, especialmente na voz da subsecretária de Direitos Humanos Patricia Derian, que desde 1977 já visitava a Argentina e se reunia com familiares dos desaparecidos e vítimas do regime.

¹¹ Quadrat, S. V. (2005) *A repressão sem fronteiras*. Niterói: PPGH. Tese de doutorado.

¹² Quadrat, S. V. (2008) “A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina” In Fico, C. et alli (org.) *Dictadura e democracia na América latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

¹³ Cordeiro, J. (2009) “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. *Estudos Históricos* (22) 43, pp 85-104; e Fico, C. (1997) *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

¹⁴ Rollemberg, D. (1999) *Exílio: entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Record.

DOSSIERS

La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

um dos jornalistas mais críticos como técnico e por conta de sua popularidade. Após o fracasso da Copa de '66, a seleção brasileira sofria com o descrédito de sua torcida, e tanto a CBD como o governo procuravam melhorar a imagem do grupo.¹⁵

Em um primeiro momento, Saldanha cativou os jornalistas e os torcedores, garantiu a classificação para a Copa com um grupo conhecido como “feras do Saldanha” e acalmou o governo. Porém a situação do treinador tornou-se conflituosa e inviável nos primeiros meses de 1970. Entre os conflitos, permanece na memória sobre o período as desavenças futebolísticas com o presidente Médici. Um momento que marca tal memória foi a questão do jogador Dario, quem Saldanha não convocou e o presidente declarou várias vezes sua preferência. Quando indagado sobre os palpites presidenciais em seu trabalho, Saldanha respondeu: “Vamos combinar o seguinte: o senhor escala seu Ministério, eu escalo a seleção.”¹⁶ Mas o regime também se preocupava com suspeitas de que o técnico levava documentos para o exterior denunciando a violência do governo.¹⁷ Saldanha também desentendeu-se com a estrela da seleção, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. Frente a tais questões que geravam uma sensação de descontrole da seleção nacional, o então ministro da Educação e Desportos Jarbas Passarinho determinou que a situação e a crise na seleção afetavam diretamente o país, que era uma questão de interesse nacional e exigiu explicações.¹⁸ Havelange foi convocado para conversar com o próprio Ministro e com o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general Carlos Alberto de Fontoura; com o chefe do Gabinete Civil, João Leitão de Abreu; e o chefe do Gabinete Militar, João Baptista Figueiredo. O encontro mostrava o interesse do governo na questão “seleção nacional”, e o tema passou a ser cada vez mais controlado pelo regime.¹⁹

Em março de 1970, em meio à “crise do futebol brasileiro”, como os meios de comunicação se referiam ao assunto, Saldanha foi demitido, e em seu lugar assumiu o exjogador e bicampeão Mário Jorge Lobo Zagallo. As circunstâncias da demissão de Saldanha não foram totalmente justificadas até hoje, e permanece um tema conflituoso na memória sobre o período. João Havelange, por exemplo, insiste na versão de que o técnico foi dispensado por seu caráter difícil e por resultados insatisfatórios, e justifica sua decisão de demissão com a vitória brasileira: “Ele disse o que quis, e mais tarde eu o substituí. E o Brasil foi campeão”.²⁰

Sobre a interferência de Médici na seleção, de acordo com Zagallo: “Não existiu nenhuma influência política, um presidente da república falaria com um técnico de futebol?”.²¹ Por sua vez, João Havelange insiste que nem Médici ou qualquer outro presidente se

¹⁵ A derrota precoce da seleção brasileira na Copa de 1966 na Inglaterra não foi bem recebida pela ditadura. Após o bicampeonato em 1958 (governo de Juscelino Kubitschek) e 1962 (governo de João Goulart), os governantes não aceitavam perder esta importante ferramenta de apoio popular. A crise foi tal que instalou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para esclarecer o motivo da campanha negativa, e por isso o clima em 1970 era “vencer ou vencer” na CBD (atual Confederação Brasileira de Futebol, a CBF) (Guterman, M. (2009) *O futebol explica o Brasil. Uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Editora Contexto)

¹⁶ Milliet, R. (org.) (2006) *Vida que segue – João Saldanha e as copas de 1966 e 1970*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

¹⁷ Magalhães, L. G. (2010) *Histórias do Futebol*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁸ Revista *Veja*, 25/3/1970.

¹⁹ Magalhães, L. G. (2008) *Trece jugadores en campo. Medios de comunicación, dictaduras militares y Mundiales de Fútbol en Brasil y Argentina*. Dissertação (Mestrado)– UNSAM: Buenos Aires.

²⁰ Jean-Marie Faustin Goedefroid de Havelange. Entrevista concedida à autora no Rio de Janeiro, no dia 28/1/2010.

²¹ Entrevista Jorge Mario Lobo Zagallo, Novembro de 2009, Blog *Tudo sobre futebol* (<http://blogdoruedodaniel.blogspot.com/2009/11/zagallo.html>), consultado em 15/3/2010.

DOSSIERS

La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

intrometeu nas questões da CBD: “No caso da Copa de 70 já estava no regime militar e falam que o presidente Médici impôs isso, impôs... Nunca abriu a boca”.²²

A Copa começou no dia 31 de maio, e apesar do clima pessimista nos meios de comunicação nacionais, a seleção brasileira gozava do status de ser uma das favoritas ao título. Antes da Copa, Médici também recebeu os jogadores em uma recepção de despedida, ato já comum para os presidentes brasileiros, e durante o evento o presidente fez o possível para associar a imagem da seleção à do regime e à sua própria. Médici apareceu na televisão fazendo embaixadinhas, ligou e mandou telegramas para a delegação, e no dia da conquista abriu as portas da residência presidencial para comemorar com a população.²³ Como de costume nas conquistas anteriores, houve uma grande recepção no retorno dos tricampeões, que foram ao Palácio da Alvorada, onde o presidente foi fotografado segurando a taça, em uma imagem que foi intensamente reproduzida pelos meios de comunicação. A conquista da Copa de 1970 foi o coroamento do futebol brasileiro, reconhecido em todo o mundo. Pelé, o rei, era o símbolo do país do futebol, que cantava:

Noventa milhões em ação/ Pra frente Brasil, no meu coração/ Todos juntos, vamos pra frente Brasil/ Salve a seleção!!!/ De repente é aquela corrente pra frente,/ parece que todo o Brasil deu a mão!/ Todos ligados na mesma emoção,/ tudo é um só coração!/ Todos juntos vamos pra frente Brasil!!/ Salve a seleção!²⁴

A marchinha que se tornou símbolo da vitória foi utilizada também pelo governo como uma associação entre o país e a seleção. O futebol era um elemento que permitia ao regime promover as supostas união nacional e diversidade, em um espaço que não passava pelo setor político. A seleção de futebol era um elemento comum, um espaço de diálogo entre o presidente e a uma importante parcela da sociedade.

Neste ponto, discursos de Médici permitem uma reflexão mais profunda do que foi até então apresentado. Percebe-se que na lógica oficialista o êxito na Copa do mundo ultrapassava o limite esportivo, e por meio da propaganda política os próprios líderes do regime ficavam associados a esta conquista. O discurso futebolístico associado à nação foi então fundamental na retórica presidencial, que tinha como objetivo principal associar a vitória na competição com seu governo e modelo de sociedade. Os discursos de Médici reproduziam a ideia da vitória deste modelo imposto pelo regime, mas através de um elemento comum que permitia o diálogo com a sociedade. Procurou-se sempre glorificar na seleção de futebol qualidades coletivas que eram vistas como positivas pelos militares: organização, coragem, unidade, patriotismo. Os jogadores eram a personificação do “cidadão ideal”, que lutava pela pátria e mostrava suas virtudes para o mundo, assim como os torcedores, que cumpriram da mesma forma seu papel. E foi de grande importância nessa associação incluir ao presidente como parte desta torcida, também como cidadão exemplar e, mais ainda, como “cidadão comum”, um torcedor a mais. A partir desta “humanização” do líder foi possível criar canais de aproximação e diálogo entre Médici e o povo brasileiro, fundamental para atingir o apoio que buscavam.²⁵

²² Jean-Marie Faustin Goedefroid de Havelange. Entrevista concedida à autora no Rio de Janeiro, no dia 28/1/2010.

²³ Revista *Veja*, 1/7/1970.

²⁴ Miguel Gustavo *apud* Guterman, *op. cit.*

²⁵ Os discurso analisados são: “Na praça do povo” Discurso pronunciado no dia 25/1/1970, no 416º aniversário de fundação da cidade de São Paulo; “O valor do homem brasileiro” Mensagem do Presidente Médici ao povo brasileiro, quando da vitória da Seleção no Campeonato Mundial de Futebol, a

DOSSIERS

La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

Neste sentido, foi fundamental o uso da propaganda política pelo governo brasileiro. Consideraremos aqui a propaganda como uma “mensagem con intencionalidad directa o indirectamente política totalmente controlado por el emisor en sus fases de producción y difusión, cuyo objetivo es la promoción deliberada de las ideas e intereses del comunicador, con el propósito de producir en el público seleccionado ciertas respuestas cognitivas, afectivas y/o comportamentales acordes”.²⁶ Ainda que com diferentes estilos ao longo dos anos de ditadura, o governo insitiu nessa ferramenta (já tradicional no cenário brasileiro), preocupado com sua imagem frente à opinião pública.²⁷

Durante o governo Médici a propaganda política era essencialmente organizada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgão subordinado ao Gabinete Militar. O objetivo inicial da AERP era coordenar a comunicação entre o regime, os órgãos setoriais e a sociedade civil em geral, procurando assim obter um sistema político integrado que permitisse a execução do projeto militar.²⁸ A agência buscava especialmente vender noções de cidadania e “guiar” a sociedade nesta direção, porém sem um discurso muito politizado, o que poderia afastar a população. Portanto, o objetivo era mostrar as “boas intenções” e as “boas ações” dos militares, da mesma forma que apontar as “ameaças” a serem combatidas: a falta de moral, o comunismo, etc.²⁹ Nesta lógica, o principal meio de comunicação de reprodução do discurso do regime e de sua propaganda foi a televisão, através de mini-filmes elaborados pela AERP, porém não vinculados explicitamente a nenhum órgão do governo. Esta função que adquiriu o televisor também justifica o interesse do regime de que a maior parcela possível da população adquirisse este aparelho. As campanhas e filmes tinham como principal objetivo transmitir a impressão de um clima de paz e harmonia no país, já que os militares viam a discussão, a tensão e o debate público como sintomas de fragilidade. O objetivo das campanhas era mostrar o oposto, que a pátria vivia um clima de paz, resultado da intervenção e

21/6/1970; “Ofício de todos nós” Pronunciamento feito, no Palácio Laranjeiras, durante a solenidade da assinatura da Lei que instituiu o Programa de Integração Social, a 7/9/70.

²⁶ Beaudoux, V., D’adamo, O. e Slavinsky, G. (2011) *Propaganda gubernamental. Tácticas e iconografías del poder*. Buenos Aires: la Crujía, p.28. Esta definição não significa limitar a propaganda enquanto ação a apenas um modelo. De fato, os autores vão relacionar quinze tipos distintos de propaganda. Neste quadro, um modelo não exclui necessariamente o outro, ao contrário, em muitos casos vemos diversos modelos atuando em conjunto.

²⁷ Sobre a opinião pública, novamente utilizarei uma definição de Pierre Laborie, que considera que esta é, assim como as culturas políticas, um fenômeno coletivo, que reflete e afirma uma posição dominante dentro de um grupo social. Tal opinião se difere das diversas outras, e por isso ela é também instável, ao mesmo tempo em que é adaptável e até passiva. (Laborie, P. (1998) “De l’opinion publique à l’imaginaire social”. *Vingtième Siècle* (18) 18.

²⁸ Para compreender a lógica da atuação da AERP e seu uso pelo governo é necessário também compreender alguns mecanismos e estruturas criados pelos militares que permitiram o desenvolvimento de um aparelho de investigação, propaganda e repressão estatal de grande eficiência, como o Serviço Nacional de Informações (SNI). Criado em junho de 1964, ainda no governo de Costa e Silva, foi somente no governo Médici que o SNI tornou-se a ponta de uma ampla rede de espionagem. No mesmo contexto, foi criado em 1969 o sistema Codi-Doi, uma complexa polícia política formada pelas polícias civil, feminina e militar, membros das três armas militares e também bombeiros. Eles possuíam independência operacional, porém não eram autônomos em relação aos oficiais e generais, e o sistema foi responsável pela maioria dos casos de tortura e extermínio da oposição ao governo. Segundo Carlos Fico, o SNI e suas representações nos ministérios civis não estavam diretamente relacionados com a repressão física, e se mantinham basicamente como produtores de informações. (Fico, C. (2004) “A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura”, in Reis, D. A., Ridenti, M. y Motta, R. P. S. (org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, pp. 265-275).

²⁹ Matos, H. (2002) “O discurso político oculto na comunicação do Governo Médici”. *Libero* 12.

governança civil-militar.³⁰ Além disso, o televisor foi um elemento de propaganda durante a Copa, com a possibilidade de assistir aos jogos ao vivo. Na retórica governamental, isso só era possível pelos investimentos feitos pelo governo na área de telecomunicações.

Também foram importantes as publicidades de particulares no contexto do evento. Em um primeiro momento após a classificação da equipe, a principal ênfase de tais publicidades era na possibilidade de assistir aos jogos no México. Já ao longo dos primeiros meses de 1970 percebe-se um forte aumento das publicidades relativas ao tema futebol, algumas como a da bicicleta Monark envolvendo o grande ídolo brasileiro: “Monark: a bicicleta do rei Pelé”.³¹ De fato, estas publicidades não diferem muito das que costumam ocupar os meios de comunicação em períodos de evento desta magnitude. Porém, percebem-se algumas com mais ênfase no próprio desenvolvimento do país no período, principalmente as que estavam associadas à questão dos aparelhos de televisão, destacando a possibilidade de assistir de casa aos jogos.

Nesta procura de construção de consenso pelo governo e de uma opinião pública favorável que o legitimasse, é importante pensar o papel dos diversos meios de comunicação, principalmente impressos e de circulação na classe média. No Brasil, muitos criticavam desde a preparação física da seleção (que estava a cargo dos militares)³² à própria escalação e decisão de troca do técnico Saldanha por Zagallo. Antes do início da Copa de 1970 os meios duvidavam da vitória, principalmente em função da péssima campanha na Copa anterior. Mas também se percebe um discurso nacionalista na cobertura do evento, e com a vitória, uma associação positiva do presidente Médici com a conquista, principalmente na reprodução da idéia de um torcedor a mais, de um homem do povo, que também torcia pela seleção. Em uma matéria após a vitória, a Revista *Veja* tentou analisar esta relação do presidente com a sociedade: “os aplausos ao presidente tinham também outro significado: o povo o reconhecia e o aceitava como cabeça e símbolo da imensa e exaltada torcida na qual o país inteiro tinha se transformado”.³³ As imagens reproduzidas em todos os jornais e revistas da época são da população celebrando e saudando a seleção, mas também do presidente com a Taça Jules Rimet em mãos, erguida ao lado dos jogadores na recepção feita no retorno ao Brasil. Naquele momento, o governo dialogava abertamente com grande parte da sociedade, e o assunto consensuado era o êxito futebolístico, como metáfora do êxito de toda a nação.

Considerações finais

³⁰ Magalhães, L. G. (2008) *op. cit.*

³¹ Revista *Cruzeiro*, 17/3/1970.

³² O preparo físico da seleção é outro ponto polêmico na atual memória sobre a Copa de 70 e o período civil-militar. Conhecido como Planejamento México, o programa de treino elaborado incluía aclimatar-se na altitude das cidades mexicanas e uma disciplina de treinamentos. Mas o sucesso fez com que o regime destaca-se como fundamental na vitória a disciplina militar, o trabalho, o esforço, com o objetivo de associar a conquista a um modelo de sociedade baseado na lógica militar. Porém, é importante considerar aqui a tradição brasileira na formação de profissionais de educação física, associado às Forças Armadas. O Planejamento México era resultado de um longo investimento feito na Educação Física brasileira, que, no contexto aqui descrito, também terminou associado à ditadura (Salvador, M. A. S. e Soares, A. J. G. (2009) *A memória da Copa de 70*. Campinas: Autores Associados).

³³ Revista *Veja*, 1/7/1970, p. 19.

DOSSIERS

La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

Este trabalho é mais uma proposta que procura entender o papel da própria sociedade em períodos ditatoriais, afastando-se da idéia de que o autoritarismo era apenas imposto. No caso brasileiro (1964-1985) pode-se afirmar que o consentimento foi longo, como foi o próprio regime autoritário, e o momento da Copa do Mundo de 1970 representou a construção de um apoio em uma época de forte autoritarismo e perseguição política no governo de Médici. Como dito, o futebol é uma das diversas formas de avaliar de maneira mais profunda esta relação sociedade/regime pela importância que este esporte tem para o Brasil.

Para isso, é necessário considerar o consenso como um modo de estender ou criar legitimidade para o regime. Para entender como esse consenso ocorre, é importante considerar que ele está relacionado de maneira chave com a comunicação governamental, que “se ha convertido en una herramienta poderosa para generar desinformación o, mejor dicho, para desviar la atención de los problemas que sufren, e incluso padecen, los ciudadanos. Quanto mais “información nos ofrece, más desinformados nos desencontramos”.³⁴ E como partes centrais desta comunicação, estão a opinião pública –que é fundamental para os regimes tê-la a seu favor–, e a propaganda, que seria a principal ação para tornar possível esta lógica. Durante a última ditadura brasileira, na procura de um consenso e de uma imagem positiva do regime, a propaganda política foi fundamental para a construção/elaboração de uma opinião pública que fosse também dominante. E, no caso do período do presidente Médici, a Copa do Mundo teve um importante destaque nesta construção, como procurou-se mostrar neste trabalho. De fato a vitória da seleção no evento permitiu ao governo, principalmente ao presidente, um novo canal de diálogo e identificação com a sociedade. Porém, de maneira alguma afirmo que este diálogo foi unânime ou sem questionamentos.

Neste sentido, outro importante elemento para pensar as questões aqui propostas é a memória atual sobre o período. A historiografia sobre o tema é vasta, e mostra que no caso da memória referente aos últimos governos civil-militares latino-americanos, ela ainda é permeada por disputas e conflitos. Na ausência de uma imagem comum que seja reconhecida pelos diversos atores sociais e políticos, permanecem os muitos sentidos da memória já produzidos, e que ainda hoje se produz, sobre o tema em cada país e no sentido regional.³⁵

Na construção dessa memória coletiva prevaleceu por um longo tempo a de uma sociedade vítima da violência resultante do antagonismo e do conflito entre duas forças políticas, guerrilheiros e militares. Neste processo, criou-se a memória de uma esquerda revolucionária que lutava como resistência à ditadura e pela reinstalação da democracia. Formou-se então um “mito”, que colocava de um lado os militares e do outro os militantes resistentes, e a sociedade aparece como um terceiro elemento, uma vítima inocente e ausente aos conflitos políticos. Esta memória é constantemente problematizada; diversos ex-guerrilheiros contestam esta imagem de resistência, e reafirmam o caráter de parte da oposição e sua luta: não pelo retorno da democracia, mas sim por uma revolução nos moldes comunistas.

Da mesma forma que é contestada a memória daquela conquista de 70. É inegável que a seleção nacional conquistou o torcedor brasileiro, que mesmo ter vencido dois campeonatos mais posteriormente, ainda lembra daquela Copa como a época de ouro do futebol nacional. Mundialmente reconhecido, aquele grupo entrou para a história do futebol. Mas esse reconhecimento não impediu a

³⁴ Riorda, M., *op. cit.*, p. 10.

³⁵ Huyssen, A. (2000) *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

existência de conflitos sobre o uso e o direcionamento dado ao futebol nacional a partir de então. A Copa de 70 continua até os dias atuais sendo repensada, seu sentido, seu simbolismo e seu valor para a imagem positiva da ditadura.

Portanto, se por um lado diversos atores procuram condenar seu uso pelo governo –e nesse caso os principais defensores dessa memória são os meios de comunicação- existem também aqueles que não apenas dissociam totalmente o êxito esportivo do regime – e aqui temos como principais vozes os envolvidos na vitória, como comissão técnica e jogadores.³⁶ Finalmente, retomamos a ideia de zona cinzenta, de ambivalência: temos um terceiro grupo, que não nega nem afirma o uso político dos eventos, que tenta de certa forma relativizar e simplesmente viver a conquista e a glória do passado esportivo nacional, sem colocar-se perguntas sobre as consequências políticas da Copa.

³⁶ Magalhães, L. (2010) “‘Salve a Seleção’: as muitas memórias da conquista a 40 anos do Tricampeonato Mundial de futebol”. In *V Jornadas de Trabajo sobre Historia Reciente, Anais Eletrônicos*. Los Polvorines, 22 a 25/6/2010.